

O CAMINHO DA SABEDORIA NA ALDEIA INDÍGENA GUARANI YNN MOROTI WHERÁ

THE WAY OF WISDOM IN GUARANI YNN MOROTI WHERÁ INDIGENOUS VILLAGE

Mauri Antonio da Silva 1

Resumo: Este artigo faz uma reflexão sobre as consequências de 500 anos de exploração do capitalismo sobre a cultura indígena. Relaciona a destruição dos povos indígenas à expansão colonial Ibero e Anglo-Saxônica sobre as chamadas "Terras do Novo Mundo". Contextualiza sobre a situação atual da população indígena no Brasil e suas reivindicações apresentadas no Fórum Rio +20, ano 2012. Relata a experiência vivenciada pelo autor junto a aldeia indígena Guarani Ynn Moroti Wherá de Biguaçu/SC, através do Projeto de Incentivo à Cultura deste grupo étnico que foi apoiado pela Fundação Cultural Franklin Cascaes da Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC. Entre as ações desenvolvidas destacam-se a recuperação da trilha Caminho da Sabedoria, dentro da Mata Atlântica, para que visitantes possam vivenciar a cosmovisão indígena entrando em contato direto com a natureza, conhecendo seu modo de vida e suas canções com músicas cantadas pelo coral da tribo, o Grupo "Yvytci Ovy (Nuvens Azuis).

Palavras-chaves: Índios. Cultura Indígena. Políticas Públicas.

Abstract: This article is a reflection on the consequences of 500 years of exploitation of capitalism on indigenous culture. Relates the destruction of indigenous peoples to colonial expansion Ibero and Anglo-Saxon on called "Land of the New World." Contextualizes on current indigenous population in Brazil and presented their demands Forum Rio +20, 2012. Reported their experience with the author ä Guarani Indian village Ynn Moroti Wherá of Biguaçu /SC, through Project Cultural Incentive this ethnic group which was supported by the Cultural Foundation of Franklin Cascaes Municipality of Florianopolis /SC. Among the actions carried out by the recovery track Path of Wisdom, in the Atlantic Forest, so that visitors can experience the indigenous worldview coming into direct contact with nature, knowing their way of life and his songs with songs sung by the choir tribe, the Group " Yvytci Ovy (Blue Cloud).

Keywords: Indians. Indigenous Culture. Public Policy.

Introdução

Neste artigo, trago uma reflexão sobre as consequências de 500 anos de exploração e subjugação do colonialismo e do capitalismo sobre a cultura indígena nas Américas. Discuto ainda, a importância da preservação da cultura dos povos originários por meio de projetos de extensão cultural promovidos pelo poder público.

Na primeira sessão, intitulada *O desencontro de culturas nas Américas: a invasão europeia e a resistência indígena*, relaciono a destruição dos povos indígenas à expansão colonial Ibero e Anglo-Saxônica sobre as chamadas “Terras do Novo Mundo”, discutindo como isso ocorreu em todo o território americano chegando às terras de Santa Catarina.

Na segunda sessão, intitulada *Discriminação das políticas públicas para com os indígenas*, contextualizo a situação atual da população indígena no Brasil e suas reivindicações apresentadas no Fórum Rio +20, ano 2012, após discussão coletiva das lideranças indígenas.

Na terceira sessão, intitulada *O projeto Caminho da Sabedoria como afirmação dos direitos indígenas*, relato minha experiência junto a aldeia indígena Guarani Yynn Moroti Wherá de Biguaçu/SC, através do Projeto de Incentivo à Cultura deste grupo étnico, o qual foi apoiado pela Fundação Cultural Franklin Cascaes da Prefeitura Municipal de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina.

Entre as ações desenvolvidas pelo projeto em parceria com o povo indígena desta aldeia, destacam-se a recuperação da trilha Caminho da Sabedoria, dentro da Mata Atlântica, para que visitantes possam conhecer a cosmovisão indígena, entrando em contato direto com a natureza, conhecendo seu modo de vida, e ouvindo as suas músicas, as quais são cantadas pelo coral da tribo, o Grupo “Yvytci Ovy (Nuvens Azuis).

Ao final, registram-se as considerações finais sobre a importância da preservação da cultura indígena para a promoção dos direitos humanos e a construção de uma convivência fraterna entre todas as etnias que fazem parte do povo brasileiro.

O desencontro de culturas nas Américas: a invasão europeia e a resistência indígena

A maioria dos Estados mais poderosos da história devia sua existência às conquistas e à dominação legal e econômica dos povos conquistados. Os conquistadores se instalaram como classes privilegiadas entre os povos conquistados:

Monopolizaram para si a terra ocupada e formaram uma casta de sacerdotes entre os de sua própria classe. Os sacerdotes controlando a educação fizeram da divisão da sociedade em classe uma instituição permanente e criaram um novo sistema de valores mediante o qual as pessoas do povo foram, desde então, inconscientemente guiadas no máximo grau em seu comportamento social (EINSTEIN, 1995, p. 73).

O papel das instituições educacionais na conquista foi importante. Na América espanhola as universidades foram criadas bem antes que na América portuguesa. Este é um acontecimento histórico único, sem paralelo na história colonial (STEGER, 1970). Há divergências entre os historiadores para explicar esta origem precoce. Alguns afirmam que era necessária para dominar a cultura autóctone, com o fim de extinguir seus valores e impor as ideias do colonizador.

Segundo Bartolomé de las Casas (2009), a conquista da América pela Espanha custou a destruição de avançadas civilizações, de mais de 15 milhões de indígenas nos primeiros quarenta anos, articulada com o projeto de Estado das classes dominantes que lançou mão de inferiorizar os astecas, tachando-os de supersticiosos, indolentes naturais e ignorantes das grandes ideias.

Vários autores tratam esta concepção dos povos conquistadores como racismo colonial, que serve de suporte para estabelecer a dominação econômica. Em seu discurso pronunciado na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em Paris,

em 1971, Claude Lévi-Strauss definiu o racismo da seguinte forma:

Uma doutrina que pretende ver nas características intelectuais e morais atribuídas a um conjunto de indivíduos, e não importando a maneira como o definimos, o resultado inescapável de um patrimônio genético comum (LÉVI-STRAUSS, 1971 *apud* ZIEGLER, 2011, p. 61).

Segundo Ziegler (2011), o racismo é a essência do colonialismo, que para dominar as populações conquistadas precisa negar a humanidade do colonizado, afastando de antemão qualquer relação de complementaridade e de reciprocidade com o colono. Em consequência, “se o senhor (conquistador) percebesse como seu semelhante era igual aquele ou aquela que ele tornasse cativo, ele não poderia justificar, nem mesmo suportar mentalmente seu crime” (ZIEGLER, 2011, p. 62).

O médico e educador Manuel José Bonfim desenvolveu um pensamento crítico sobre o Brasil na perspectiva dos dominados. Seu mais importante livro é *A América Latina: males de origem* (1905), onde denuncia o colonialismo e sua ideologia racista baseada nas ideias do Conde de Gobineau, como a causa do atraso do país. Darcy Ribeiro classificou-a como uma das principais obras para se entender a América Latina. O livro foi escrito durante a Primeira República e num contexto de grave crise político-econômica: uma república que excluía a maioria do povo do voto, pois mais de 90% eram analfabetos e não podiam votar; uma economia dominada pelas oligarquias rurais e pela dependência ao capital estrangeiro e uma parca industrialização.

Bonfim combateu o racismo, ideologia conservadora da época, que servia para justificar o atraso do Brasil e encobrir suas reais causas: o colonialismo, o trabalho escravo e a sugação das riquezas da América Latina pelas metrópoles coloniais. Enfim, uma economia voltada desde o início para satisfação dos apetites externos e não interno, só poderia levar a condenação do país ao atraso, transformando-o num mero país agrícola, dependente dos países industrializados.

Para Bonfim, a decantada superioridade anglo-saxônica sobre o latino-americano era um falseamento das relações sociais reais. As razões do atraso e da pobreza das massas populares do novo mundo foi um produto histórico engendrado por um duplo sistema espoliativo: o externo (colonialista) e o interno (classista).

Bonfim derrubou preconceitos e demonstrou a grandeza dos índios, dos negros e dos mestiços que se constituíam, e ainda se constituem, em legiões de excluídos espalhados pelas terras férteis da América Latina e do Caribe.

Antes de qualquer outro, Bonfim priorizou a educação popular (instrução pública) para desenvolver a cidadania. Assim é que se possibilitaria aos homens, conscientemente, tornarem-se senhores do seu próprio destino, construindo uma democracia, não apenas formal, mas a chamada democracia radical, em que os governantes executam o que corresponde aos interesses objetivos de uma vontade geral construída por cidadãos responsáveis e com conhecimentos suficientes para entender a coisa pública (ALVES FILHO, 2008).

Olga Camps, na apresentação a obra de Las Casas, acima referida, aponta que os principais juristas do reino espanhol, Ginés de Sepulveda, Palacios Rubios, Solórzano Pereira e Gregorio López, definiam que o índio era um ser inferior de costumes selvagens, nenhuma classe de cultura, dominado pelos instintos mais baixos, sem qualquer faculdade de raciocinar. E, que conseqüentemente, nesta condição de ser inferior, estava obrigado a se submeter e servir aos seres superiores; os colonizadores, os únicos com o direito de potestade e propriedade, considerados atributos exclusivos de seres racionais. Assim, legalizavam e justificavam a conquista de seus territórios e sua redução a condição de escravidão para utilizá-los na exploração das riquezas da terra e obter metais preciosos (CAMPS, 2009).

Ainda, segundo Camps (2009), a fundamentação jurídico-ideológica da colonização foi contestada por argumentos diversos que puseram em julgamento sua validade. Países como Holanda, Inglaterra e França questionaram o monopólio espanhol sobre o Novo Mundo, que

era outorgado por títulos pontifícios.

Assim, teólogos e missionários espanhóis da ordem franciscana e dominicana, entre eles o Frei Las Casas, apoiando-se na doutrina de Santo Tomás de Aquino, rechaçaram os princípios sobre os quais se erigiu a colonização e defenderam a aplicação de critérios distintos. Nessas doutrinas, rebate-se o senhorio universal do Papa, negando a validade dos títulos pontifícios, por interpretar que a Jesus Cristo nunca se atribuiu um poder temporal, nem a Igreja pode fazê-lo, já que sua esfera de domínio é espiritual e não inclui nela os infiéis. A doutrina dominicana rechaçava também a legalidade do domínio universal do imperador por entender que o fundamento da sociedade é o direito natural, igualmente que o da formação de seus Estados.

Quanto aos índios, se impugnou a teoria de que estes fossem escravos por natureza, por serem infiéis, declarando pelo contrário que eram seres livres e donos de si. Ademais, negou-se que as guerras de conquista se justificavam diante da oposição indígena a se submeter a um simples requerimento e proclamou-se a liberdade na evangelização, respeitando a vontade dos povos em ser ou não evangelizados. Assim, foi travado, um intenso debate em torno das duas posições antagônicas em torno da legitimidade das guerras de conquista.

Em terras portuguesas e anglo-saxônicas, o destino do índio não foi muito diferente. Nos Estados Unidos da América do Norte (EUA), houve um verdadeiro massacre do povo indígena juntamente com as manadas de búfalos que eram o centro de sua subsistência material. Os puritanos justificavam sua expansão sobre as terras indígenas na teoria do direito divino de ocupar a terra. O teólogo John Cotton justificava o futuro avanço territorial com base na Bíblia, a qual, por sua vez havia concedido o mesmo direito aos israelitas. Segundo Cotton, o homem nascera para glorificar a Deus por meio do trabalho e os ímpios que não trabalhavam perdiam o direito de suas possessões (MOYANO, 1988 *apud* RAMPINELLI, 1999).

Os colonizadores estavam embebidos do espírito de propriedade do nascente capitalismo inglês, que fora justificado teoricamente pelo liberal John Locke, como um direito natural do homem. Locke, um dos mais importantes teóricos liberais, representando os interesses da burguesia em ascensão na Inglaterra, compreendia que o poder deve ser limitado, divisível e resistível. Em lugar do Estado absolutista, preconizava um Estado de direito, regido por uma carta de direitos. A função do poder político para Locke era a preservação da propriedade privada, um direito especial que o homem possuía desde o seu estado de natureza, como fruto do seu trabalho, a qual devia ser protegida, tanto quanto a vida do homem e a sua liberdade (WEFFORT, 1995).

Isto se chocava com a civilização indígena, para a qual não existiam fronteiras e direitos de posse, o homem era parte da terra e tinha suas necessidades físicas satisfeitas pela caça e a pesca. Os indígenas cultuavam o Grande Espírito através da dança, desejavam viver em paz e não tinham nenhuma inclinação para acumular riquezas por meio do trabalho. Como dizia o Chefe Smohala, a sabedoria dos indígenas era aprendida em sonhos: “Los muchachos de mi tribu no trabajarán; los hombres que trabajan no sueñan; Nosotros nunca seremos ricos como los blancos” (CARDENAL, 2009, p. 184).

O antropólogo Darcy Ribeiro, estudioso da questão indígena e latino-americana, escreveu que dos cem milhões de índios em terras americanas no ano 1500, esta população foi reduzida para cerca de dez milhões até 1825. Para Ribeiro (2010), contribuíram para esta diminuição da população: a contaminação do índio pelas pestes do homem branco (a varíola, o sarampo, a malária, a tuberculose, a pneumonia, a gripe, a papeira, a coqueluche, a cárie dentária, a gonorreia, a sífilis, etc.); as guerras de extermínio entre tribos, provocadas pelos europeus, como aquela referida nas lutas de índios aliados a católicos e a protestantes nas costas brasileiras; e também as enormes perdas em guerras promovidas diretamente pelos brancos; além daqueles que definharam no trabalho escravo por via da encomenda cristã.

No Brasil, o resultado foi a redução de seis milhões de indígenas, na época da conquista, para 250 mil (RIBEIRO, 2010, p. 53-55).

Nos últimos anos, esse número vem crescendo. Os dados do Censo Demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam uma **população de 896,9 mil indígenas, de 305 etnias e que falam 274 idiomas**. As etnias indígenas mais numerosas e a maior parte dos índios que ainda falam língua própria estão concentradas em terras indígenas

reconhecidas pelo governo (IBGE, 2012).

Conforme relatos do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), viviam em Santa Catarina, no ano 2001, aproximadamente 6.500 indígenas pertencentes a três povos distintos: Kaingang, Guarani e Xokleng (CIMI, 2001).

Em Santa Catarina, os indígenas foram vítimas desta trágica história. Ao chegar ao Estado de Santa Catarina no século XVI, os primeiros exploradores europeus encontraram os índios Guarani, que eles chamaram de Carijós. Eram justamente entre os Carijós que se arrebanhavam os escravos, dada a sua índole pacífica e pouco aguerrida (FUNDAÇÃO CULTURAL DE FLORIANÓPOLIS FRANKLIN CASCAES, 2008).

Motivados por crenças religiosas, os índios Guaranis começaram a migrar do Chaco (do quéchua chaku: território de caça) paraguaio em direção ao Atlântico, presumivelmente no século XII, quando então centenas de milhares deles dominaram a costa catarinense durante três séculos.

Os Guaranis viviam em pequenas aldeias e tinham sua alimentação baseada na caça, na coleta, na pesca e numa agricultura expressiva, na qual se destacavam o milho e a mandioca, que viriam posteriormente ser incorporadas na dieta dos colonizadores.

O artesanato guarani era bastante diversificado. Os seus traçados variavam das redes, esteiras e cestos às armadilhas para caça, como o mundéu e a arapuça, e de pesca, como o covo e o jiqui. Os seus trabalhos em pedra polida e madeira abarcavam várias armas para a caça e a guerra, além de inúmeros artefatos, com destaque para sua maior peça artesanal, a canoa escavada em tronco de garapuvu, que até hoje serve aos pescadores da região. Eles confeccionavam também uma embarcação leve, a partir de cascas de árvore amarradas com fibras vegetais, vedadas e impermeabilizadas com ceras e resinas. Sua cerâmica, caracterizada por peças de grandes dimensões, com fins utilitários e decorativos, expressava elevado senso artístico. Eles fabricavam também bebidas alcoólicas e farinhas, a base de milho e mandioca.

No princípio, o contato entre os indígenas do litoral catarinense e os brancos europeus foi amistoso, evoluindo para a hostilidade quando a índole dos brancos assim determinava. Quando os índios passaram a ser capturado pelos bandeirantes, visando o trabalho escravo, o confronto tornou-se a regra.

Os Guaranis foram incessantemente caçados e escravizados, durante quase dois séculos (XVI e XVII). Nos meados do século XVII, o porto de Laguna embarcava para São Vicente, anualmente cerca de 12 mil índios, sendo que igual número era assassinado, durante o cerco às aldeias e no seu transporte até o navio, pelos traficantes. Os que não morreram, embrenharam-se pelo continente americano pelos territórios atuais de Paraguai, Uruguai e Argentina. A diáspora durou até meados do século XX. Somente a partir dos anos 1970, eles começaram a retornar ao litoral catarinense, se estabelecendo no Morro dos Cavalos, em Palhoça, em São Miguel (Biguaçu), em Canelinha e em outras partes do território catarinense.

Na perspectiva da mitologia Guarani, eles migram para retornar e velar pela Terra sem Mal, que fica no leste do continente americano e que muitos identificam como sendo o litoral de Santa Catarina. Segundo Rocha (2010),

O mito Guarani da Terra sem Mal é tratado como preceito mítico presente na organização social e cultural, permitindo compreender seu significado e função na vida tribal, e como este se encaixa no dia a dia indígena (ROCHA, 2010, p.12).

O conceito de Terra sem Mal pode ser compreendido como tentativa de retorno ao espaço ecológico anterior à conquista europeia. Os índios guaranis buscam através do culto deste mito reapropriar-se de sua história, alienada pelo violento processo ocidental de colonização (LITAIFF, 2008 *apud* ROCHA, 2010)

Em cerca de duzentos anos, a etnia Guarani, uma população numerosa que formava uma sociedade igualitária com uma economia capaz de atender plenamente suas necessidades, praticamente desapareceu, retornando ao litoral catarinense no final do século XX.

Deixaram, no entanto, suas marcas na formação do povo catarinense, fornecendo as bases culturais para a sobrevivência dos açorianos que ali chegaram, expressas nos comple-

xos alimentares do milho e da mandioca. Sua presença é marcante nos topônimos locais e representa uma parte significativa do vocabulário regional, bem como se manifesta ainda na medicina popular, na culinária tradicional, nas técnicas de pesca artesanal e no universo mítico do ilhéu, habitante da Ilha de Santa Catarina.

A história dos Carijós Guarani permanece viva no legado cultural que faz parte da história catarinense e brasileira. O Estado e a sociedade têm uma dívida para com eles devendo-se resgatar seus territórios originários, demarcar suas terras indígenas; respeitar sua cultura e incluí-los de pleno direito às políticas públicas com vistas à construção de uma nação realmente democrática e solidária.

Discriminação das políticas públicas para com os indígenas

Na Conferência Mundial Rio + 20, realizada no Rio de Janeiro, em junho de 2012, os índios se fizeram presentes na Cúpula dos Povos – evento paralelo para debater as propostas da sociedade civil - para levar suas reivindicações aos representantes de Estado de todo o mundo que se reuniram para debater a situação mundial do meio ambiente e possíveis ações para deter a destruição do planeta.

Poucos grupos sociais receberam tanta atenção da mídia durante a Rio+20 quanto os índios. A visibilidade conquistada na mídia, porém, não se traduziu em participação equânime na Conferência ou garantiu que suas reivindicações fossem atendidas, destacou o periódico Radis da Fundação Oswaldo Cruz (RADIS, 2012).

Na aldeia Kari-Oca 2, montada na colônia Juliano Moreira, reuniram-se 400 índios de 14 etnias brasileiras, mais 20 representantes de tribos dos Estados Unidos, do Canadá, Japão, México e Guatemala. Eles acenderam o fogo sagrado, realizaram discussões e em seguida elaboraram a Carta Indígena que entregaram ao final da Conferência às autoridades mundiais. O documento recomenda a inclusão da cultura como quarto pilar da sustentabilidade. O líder indígena Marcos Terena cobrou a proteção dos direitos e cosmovisões indígenas, dizendo que: “para se criar um mundo justo, deve-se ouvir a voz indígena sobre equilíbrio e sustentabilidade” (RADIS, 2012, p. 28).

O encontro reuniu mais de 1800 líderes indígenas brasileiros e estrangeiros ligados à Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e outras organizações internacionais. O Cacique Raoni conclamou os parentes a serem fortes para lutar contra as ameaças às terras indígenas (desmatamento, barragens e mineração, entre outras). Depois de sete dias de debates um documento coletivo resumiu as reivindicações e denunciou a violação dos direitos fundamentais e coletivos dos povos indígenas e as crises decorrentes do modelo desenvolvimentista que intensifica a mercantilização e a financeirização da vida e da Mãe natureza.

A declaração baseada no modelo do bem viver e vida plena, repudia o capitalismo verde e suas novas formas de apropriação da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais; as violências contra líderes tribais; a diminuição dos territórios indígenas e a construção de grandes empreendimentos hidrelétricos em seus limites; além da descaracterização da legislação indígena em vários países. No texto, os índios reivindicam a demarcação de suas terras, o fim da impunidade dos assassinos de líderes indígenas, além da garantia do direito à consulta e consentimento livre, prévio e informado, de cada povo indígena, em respeito à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil no ano de 2002.

O documento clama também pelo monitoramento das bacias hidrográficas, pelo reconhecimento e fortalecimento do papel dos indígenas na proteção dos biomas, pela demarcação de terras dos povos acampados em situações precárias, pela melhoria das condições de saúde – com o aumento no orçamento da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) no Ministério da Saúde -, a implementação da autonomia financeira, administrativa e política dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) e a garantia dos direitos dos indígenas com deficiência, além do respeito à diversidade na educação escolar indígena.

O projeto Caminho da Sabedoria como afirmação dos direitos indígenas

A aldeia indígena Yynn Moroti Wherá (Reflexo da Água Cristalina) localizada na Mata Atlântica, BR 101, no município de Biguaçu/SC, a partir do trabalho com a sua Escola Wherá Tupã Poty Djá (assim batizada em homenagem ao pajé Wherá Tupã e sua esposa Poty Djá), implantou em 2009 uma trilha ecológica chamada de Tape Poty (Caminho das Flores). Esta trilha tinha os objetivos de preservar a mata, trabalhar os temas do currículo escolar de forma prática e lúdica e divulgar os valores do povo guarani. A ideia era vitalizar a cultura e receber pessoas por meio de uma interação entre sociedades, além de contribuir com um dos grandes anseios da aldeia que é a promoção da sustentabilidade econômica, social e ambiental. Foram escolhidos índios da aldeia para serem trilheiros e mostrarem aos visitantes através do Caminho, como mantêm sua cultura e sabedoria indígena, o respeito à natureza e ao ser humano.

Em 2012, em contato com visitantes de Florianópolis que foram conhecer seus costumes e cultura, as lideranças da aldeia expuseram a necessidade de revitalizar a trilha. A oportunidade surgiu através do Projeto *Preservando a Cultura Guarani através do Caminho das Flores na Aldeia Yynn Moroti Wherá de Biguaçu – SC*. Durante a execução do projeto a trilha foi rebatizada pelas lideranças indígenas de Tape Arandu que significa Caminho da Sabedoria. O Projeto foi financiado através do Edital de Apoio às Culturas Indígenas n. 009/2012, com base na Lei Municipal n. 8.478/10, que criou o Fundo Municipal de Cultura de Florianópolis, gerido pela Fundação Franklin Cascaes da Prefeitura Municipal de Florianópolis – SC¹.

Com a aprovação desse projeto, foi realizado um trabalho voltado à preservação da cultura deste grupo étnico. Entre as ações desenvolvidas destacam-se a recuperação da trilha Caminho da Sabedoria, para que visitantes possam conhecer mais sobre a cosmovisão indígena, entrando em contato direto com a natureza; recuperação da casa de rezas da tribo; construção do temascal (local de purificação com vapor de água oriundo de pedras quentes e cantos guarani); além da reimpressão de folder sobre a trilha para distribuição nas escolas da região e regravação de CDs com músicas cantadas pelo coral da aldeia, o Grupo "Yvýtci Ovy (Nuvens Azuis).

O pajé, detentor das tradições dos antepassados, cuida para que se mantenha na aldeia, os cuidados com a casa de reza, com seus cânticos e cerimônias tradicionais, o cultivo em um pequeno pedaço de terra das culturas alimentares sagradas ao povo indígena, as rodas de petynguá (cachimbo sagrado) onde se conhece e repassa o conhecimento dos mais antigos. Tudo isso foi associado à sua exigência de que na escola bilíngue existente na aldeia, o idioma guarani seja o primeiro a ser aprendido com sua representação escrita e assim, dessa maneira, se mantenha acesa a chama do fogo sagrado no coração de todos na aldeia.

Considerações Finais

Os índios guaranis lutam para manter seu espaço respeitando o meio ambiente que é reconhecido pela mata bonita, pelas nascentes de água limpa, pelas roças tradicionais e pelos animais que ali vivem nas proximidades do Oceano Atlântico.

Para os índios guaranis preservar a trilha Caminho da Sabedoria, dentro da Aldeia Yynn Moroti Wherá de Biguaçu, é a expressão da resistência contra a invisibilidade cultural. Eles seguem empunhando a bandeira da liberdade como mensageiros do passado e profetas do presente, juntamente com as outras aldeias que vão tentando sobreviver através de suas lutas pela conquista de cidadania e da Terra sem Mal.

Os índios guaranis transmitem um enorme legado de sabedoria que tem por base a vivência com pureza e simplicidade, uma organização social com um senso incomum de justiça e dignidade, além de um profundo respeito pela natureza, pelos seres humanos e animais. O respeito ao seu modo de vida e aos seus valores culturais é fundamental para construir um novo mundo com justiça social.

1 A Associação Rondon Brasil foi a proponente do projeto e o responsável técnico o autor deste artigo.

Referências

ALVES FILHO, A. **Manoel Bonfim: combate ao racismo, educação popular e democracia radical**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

CAMPS, O. Presentación. In: LAS CASAS, Fray B. **Brevísima RELACIÓN de la destrucción de las Índias**. México: Fontamara, 2009.

CARDENAL, E. **Nueva antología poética**. México: Gandhi ediciones, 2009; Letras, 1995.

CIMI. 500 anos de exploração - As terras e os indígenas em Santa Catarina. In: UCZAI, P. (Org.). **Os últimos 500 anos de dominação e resistência**. Chapecó: Argos, 2001.

EINSTEIN, A. Por que o socialismo? In: **PRÁXIS**, jun-out 1996 n. 7. Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo; Projeto Joaquim de Oliveira, 1995.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE FLORIANÓPOLIS FRANKLIN CASCAES. **Florianópolis – uma síntese histórica**. 3ª. Ed. revista. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes Publicações, 2008.

IBGE. **Censo de 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 de dez. de 2012.

LAS CASAS, Fray B. **Brevísima RELACIÓN de la destrucción de las Índias**. México: Fontamara, 2009.

LAVOR, A. Ofuscados pela visibilidade. In: Revista **RADIS** n. 121, set-out 2012. Fundação Oswaldo Cruz: Rio de Janeiro, 2012.

LÉVI-STRAUSS, C. **Race et culture**. Paris: Éditions de l'UNESCO, 1971.

MOYANO, A. *et al.* **EUA – Síntesis de su Historia I**. México: Aliança Editorial Mexicana, Instituto Mora, vol. 8, 1988.

RAMPINELLI, W. A falácia do V Centenário, In: **Os 500 anos: a conquista interminável**. Petrópolis: Vozes, 1999.

RIBEIRO, D. **A América Latina existe?** Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Brasília: Editora da UNB, 2010.

_____. **O processo civilizatório – etapas da evolução sócio-cultural**. Petrópolis: Vozes, 1985.

ROCHA, J. D. **Terra sem mal: o mito guarani na demarcação de terras indígenas**. Dissertação de mestrado em Geografia na Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS, Brasil, 2010. Disponível em: http://w3.ufsm.br/ppggeo/files/dissertacoes_06-11/Joana%20DArc.pdf. Acesso em: 10 de dez. de 2012.

STEGER, H. A. **A Universidade no Desenvolvimento Social da América Latina**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.

WEFFORT, F. **Os Clássicos da Política**. São Paulo: Ática, 1995.

ZIEGLER, J. **Ódio ao ocidente**. São Paulo: Cortez, 2011.